

## **SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, UM ÍCONE DA MAGISTRATURA NACIONAL**

*Adhemar Ferreira Maciel\**

Há alguns anos, quando a imprensa começou a ventilar as primeiras notícias sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil, encontrei-me com o professor Humberto Theodoro Júnior. O professor Humberto lamentou a falta que faria o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira: *A Reforma não será a mesma sem a presença do Sálvio*. Concordei de imediato, e pus-me a matutar sobre as armadilhas que a Vida nos prega. Nunca nos deixa realizar às inteiras aquilo que temos em mente e ainda somos capazes. Se os deuses ainda fossem vivos, teríamos a quem culpar... Hoje, nem isso podemos mais fazer. Há muito os deuses estão mortos, bem mortos.

Em fevereiro de 2006, já adoentado, o Ministro Sálvio de Figueiredo, então na vice-presidência do Superior Tribunal de Justiça, achou mais prudente requerer sua aposentadoria. Como nosso relacionamento já andava por bem mais de 40 anos, eu convidei meu velho amigo e dileto colega de STJ para integrar nosso escritório de advocacia em Belo Horizonte. Ele aceitou de bom grado.

Em outubro (2006), já no escritório, o ministro Sálvio nos concedeu uma entrevista, que foi filmada (DVD). Narrou, em largas pinceladas, sua vida estudantil e profissional. Disse que seu caráter extrovertido certamente vinha de seu pai, que era baiano. Sálvio nasceu em Minas Gerais, na cidade de Pedra Azul. Quando tinha um mês de idade, seus pais se mudaram para Salinas. Após o término do curso primário, teve de sair de sua cidade, pois lá não existia curso ginásial. Sua mãe, que era protestante, decidiu que o filho deveria estudar interno em colégio religioso. Assim, com 11 anos de idade, em 1951, foi de automóvel até Pedra Azul, onde embarcou em um avião cargueiro para a Bahia. Ao chegar a Salvador, ficou surpreso: ninguém o estava esperando no aeroporto. Não se mostrou

transtornado. Tomou um táxi e rumou para o endereço que tinha bem guardadinho no bolso da calça curta. Como havia sido bom aluno no curso primário, saiu-se muito bem no Colégio Dois de Julho. Mais tarde, veio para Belo Horizonte. Fez o primeiro ano colegial no Colégio Batista. Os dois últimos anos do colegial ("curso científico") foram cursados no Colégio Marconi. Seu sonho era ser engenheiro. Certo dia, dois amigos o dissuadiram da Engenharia: o negócio era Direito, já que ele gostava de escrever e discursar... Em 1963, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Puxou pela memória e se lembrou das aulas do civilista Caio Mário da Silva Pereira. Eram excelentes!

Em 1965, Sálvio prestou concurso para o Ministério Público do Estado de Minas, atuando por um ano na Comarca de S. Roque de Minas. Achou, porém, que sua verdadeira vocação estava na magistratura. Como juiz de direito, começou na Comarca de Passa Tempo (1966-1967). Assumiu, depois, as Comarcas de Sacramento (1967-1969), Congonhas do Campo (1969-1974), Betim (1974-1977) e Belo Horizonte. Foi promovido ao Tribunal de Alçada (1979-1984) e, posteriormente, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1984-1989).

Em sua entrevista, o ministro Sálvio lembra que se sentiu atraído pelo Direito de Família. Sua maior realização se deu quando esteve à frente da Vara de Menores de Belo Horizonte. Indagado pela entrevistadora se algum fato havia marcado sua atuação de juiz de menores, lembrou-se incontinenti de um caso triste e revoltante: uma mulher alugava um menino para pedir esmola nas ruas. Deixava a criança ficar bem suja e ser picada de pernilongos. Mandou prender a desalmada e encaminhou o menino para tratamento médico. Nessa época, tocado por essas chagas sociais, escreveu o livro "Direitos de Família e do Menor" (Del Rey), que atingiu sua terceira edição em 1993. A obra foi dedicada à primeira filha.

Ainda que doutrinariamente versado nas Ciências Processuais, o ministro Sálvio de Figueiredo sempre teve o pé no chão. Gostava de parodiar Adolf Wach, dizendo que o processo não existe como fim. É meio. Assim, não podia perder sua efetividade. Palavras sábias. De lá para cá, o processo está perdendo lentamente sua função de garantia constitucional. Transformou-se mais em obstáculo para não se chegar, ou dificilmente se chegar, ao mérito do conflito de interesses. Por outro lado, uma simples petição pode levar, às vezes, meses para ser juntada e mais meses para ser despachada. Os embargos de declaração – recurso dos mais importantes, pois oferecem ao juiz a rara oportunidade para esclarecer pontos de sua decisão – estão desnaturados. Certamente em razão de seu uso abusivo, são resolvidos praticamente por meio de carimbo estereotipado... Um processo, como regra, demora anos e anos para ser julgado. Não raro, décadas. Ao final, traz sempre, ou quase sempre, uma sensação de frustração, de impotência, e, o que é pior, de injustiça.

Poucas pessoas têm o espírito de empreendimento do ministro Sálvio. Seu segredo estava em pôr sua alma em tudo que fazia. Esse entusiasmo começou nos bancos universitários, quando era presidente do Centro Acadêmico “Pedro Lessa” da Faculdade de Direito da UFMG. O mesmo entusiasmo o acompanhou por toda sua vida de magistrado, vida acadêmica e intelectual. Quando se tornou o primeiro presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas, em 2004, mostrou o mesmo elã de jovem.

Sempre preocupado com a morosidade da justiça brasileira, o ministro Sálvio assumiu a Coordenadoria-Geral do então Juizado Especial de Pequenas Causas no Estado de Minas Gerais, criado com base na Lei n. 7.244/84. Junto com o saudoso desembargador Lincoln Rocha, ambos não pouparam esforços para o desafogo informal da Justiça. Mais tarde, a Constituição de 1988 oficializou os juizados especiais em seus arts. 24, inciso X, e 98, inciso I, tornando sua criação obrigatória. Em 1995, a Lei n. 9.099, ao ab-rogar a Lei n.

7.244/84, criou os juizados especiais cíveis e criminais. Não deixa de ser oportuno lembrar, neste exato momento, que em Minas Gerais os juizados especiais começaram a funcionar em fevereiro de 1996, quando foram julgados 49.337 feitos. Hoje, a estatística oficial acusa 6.444.821 processos julgados até o final do ano passado (2010).<sup>1</sup>

Quando era desembargador do Tribunal de Justiça, o ministro Sálvio idealizou, com outros abnegados colegas, a hoje nacionalmente respeitada Escola Judicial “Desembargador Edésio Fernandes”. Fundou, com outros magistrados, a Revista da Amagis, tornando-se seu primeiro diretor. Quando se achava no Tribunal de Alçada, assumiu a direção da prestigiosa Revista de Julgados, de consulta obrigatória no País inteiro. Já no Superior Tribunal de Justiça, tornou-se diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura.

Por ocasião da Constituinte de 1987, o ministro Sálvio integrou a Comissão de Alto Nível para estudos atinentes ao Poder Judiciário. Muitas e muitas leis, sobretudo de cunho processual, passaram por suas mãos, como foi o Código de Menores.

O ministro Sálvio se projetou também no cenário internacional. Além de ter participado de diversos órgãos de classe transnacionais, proferiu palestras em inúmeros países: Estados Unidos (1978, 1992, 1996), em Portugal (1991, 1992, 1993, 1996, 1999), Bolívia (1990), Espanha (1996), Uruguai (1996, 1997), França (1997), Alemanha (1997), Argentina (1998).

O destaque profissional do ministro Sálvio também foi grande na formação da jurisprudência e em sua cristalização sumular no Superior Tribunal de Justiça. Para isso concorreu muito sua experiência na Corte Especial e na presidência da Quarta Turma. Deixou também sua marca na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

---

<sup>1</sup> O desembargador José Fernandes Filho, presidente da Comissão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Minas Gerais, foi um dos idealizadores do projeto da Lei n. 9.099/95.

Para se ter uma ideia da projeção do ministro Sálvio na formação da jurisprudência do STJ, basta que se abra qualquer obra anotada de Direito Processual Civil. Suas ementas são profusamente citadas. Daí ter o ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, então presidente do STJ, em livro de homenagem ao ministro Sálvio, dito que ele é “um ícone da Magistratura nacional”.<sup>2</sup>

Por último, não se pode deixar de lembrar os inúmeros livros e artigos doutrinários escritos por nosso homenageado. Para não me alongar, vou mencionar apenas os livros:

Inovações e Estudos do Código de Processo. Saraiva, 1976;  
Código de Processo Civil – anotações. Forense, 1979;  
Código de Processo Civil Anotado. Forense, 1984, 1985 e 1986;  
Compromisso com o Direito e a Justiça. UFMG, 1985;  
Prazos e Nulidades no Processo Civil Brasileiro. Forense, 1987, 1990;  
O Processo Civil no STJ. Saraiva, 1991;  
Direitos de Família e do Menor, já mencionado;  
O STJ e o Processo Civil. Brasília Jurídica, 1995;  
O Juiz – Seleção e Formação do Magistrado no Mundo Contemporâneo. Del Rey, 1999.  
A Criação e Realização do Direito na Decisão Judicial (tese de doutorado). Forense, 2003.

Oportuna e justa, pois, é a homenagem que o Congresso Internacional de Direito Processual presta ao nosso ministro Sálvio Figueiredo Teixeira, “um ícone da Magistratura nacional”.

---

<sup>2</sup> *Coletânea de julgados e momentos jurídicos dos magistrados no TRF e STJ*. n. 51. Brasília: Secretaria de Documentos, 2007.

(\*) Ministro aposentado do STJ, presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas, ex-professor da Faculdade Milton Campos e da Universidade de Brasília.